

A INDEXICALIDADE NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE IDENTIDADES SOCIAIS

Herimatéia Pontes*

RESUMO: Este artigo analisa a relação entre o fenômeno da indexicalidade e o processo de construção identitária. A partir dos estudos de Silverstein (1976), Lyons (1977), Levinson (1983), Goffman (1988), Gumperz (1998) e Ochs (1996) sobre diferentes aspectos da indexicalidade, observamos que os atores sociais podem indexar identidades através de categorias linguístico-discursivas não convencionalizadas tal como a alocação de papéis (van Leeuwen 1997, 2008; Fairclough 2003). Para ilustrarmos como isso ocorre discursivamente e o que significa, analisamos brevemente trechos do discurso de um político brasileiro envolvido num escândalo de corrupção conhecido por mensalinho (2005). A análise dos dados evidencia que os atores sociais constroem identidades positivas de si e do seu grupo de aliados para inocentarem-se, e identidades negativas dos seus oponentes para acusá-los/culpá-los.

Palavras-chave: indexicalidade, discurso, identidades sociais e corrupção política.

ABSTRACT: This paper analyses the relation between the indexical phenomenon and the process of identity construction. Among many studies regarding different aspects of the indexical phenomena we focus on the studies of Silverstein (1976), Lyons (1977), Levinson (1983), Goffman (1988), Gumperz (1998) and Ochs (1996). These different aspects point out to the fact that many non-conventionalized linguistic-discursive categories can be used to index social identities such as the role allocation. To illustrate how this can possibly happen discursively and what it means we analyze parts of the discourse of a Brazilian politician who got involved in a corruption scandal named mensalinho (2005). Data analysis shows that social actors built positive identities of them and their allies as innocent ones whereas built negative identities to their opponents in order to make them guilty or responsible for certain actions.

Key words: indexicality, discourse, social identities and political corruption.

Considerações Iniciais

“Todo político é corrupto!”, “Você sabe com quem está falando?”, “Quem você pensa que é?”, “Filho de peixe, peixinho é!”. Enunciados como estes, comuns em nosso cotidiano, podem assumir significados diversos, dependendo da situação discursiva e dos elementos envolvidos, tais como, os participantes em si, os enquadres interacionais e as atividades desenvolvidas/compartilhadas coletivamente por estes participantes. Porém, o mais interessante a se notar, é o fato de que estes enunciados reivindicam a atribuição de uma identidade social para os interlocutores. Atribuir identidade talvez seja o

* Doutora em Letras/Linguística – UFPI - heribr@yahoo.com.br

processo mais intrigante na vida humana, pois, através dele, procuramos compreender quem somos nós e quem são os outros.

Analisar a construção das identidades sociais como um dos efeitos ideológicos e hegemônicos do discurso constitui uma importante ferramenta para estudar a mudança social, porém, defini-la não é tarefa fácil. Isso se dá pelo fato de que há uma multiplicidade de questões a ela relacionadas, principalmente, de natureza epistemológica e teórico-metodológica. Signorini (1998), por exemplo, reúne uma série de trabalhos sob diferentes perspectivas com o objetivo de gerar mais reflexão sobre essas questões ainda não fechadas. Contudo, podemos tomar como vetor principal na reflexão sobre este tema, a compreensão de que somos sujeitos históricos, sociais e culturais e por esta razão, nossa identidade não é individual ou cristalizada, mas processual e está em relação dialética com a estrutura social, ou seja, ao passo que são formadas por processos sociais determinados pela estrutura social, e mantidas, modeladas e remodeladas pelas relações sociais, também podem reagir a esta estrutura, mantendo-a ou modificando-a. O interessante nesta relação é observar, que “as estruturas sociais históricas particulares engendram tipos de identidade” que são observáveis, verificáveis e necessárias ao comportamento e conduta dos sujeitos sociais na vida cotidiana, sendo, portanto, “elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva” (BERGER e LUKHMAN, 1985, p. 229-230).

Por sermos sujeitos históricos, sociais e culturais, nossa identidade não é estática, mas é construída no processo das atividades sócio-discursivas das quais fazemos parte, e dessas atividades provêm uma multiplicidade de papéis sociais que se articulam. Entendemos como Ochs (1996, p. 410) que identidade social engloba todas as dimensões da *persona* social incluindo propriedades como papéis (o político, a professora, o estudante, a mãe, etc.), relações (políticas, profissionais, de parentesco, etc.), identidade de grupo (partido político, gênero, idade, etnia, religião, etc.), posição (titulação, status profissional, classe social etc.), dentre outros. Identidade social é uma das dimensões sociais ativadas pelos participantes para fazer parte de uma dada situação comunicativa e está diretamente relacionada aos papéis e ações sociais atribuídas e desempenhadas por estes, bem como às suas posturas afetivas e epistêmicas.

Como construtos sócio-discursivos, identidade é uma das dimensões sócio-culturais ativadas pelos participantes ou atores sociais nas situações comunicativas. Contudo, o processo de auto e hetero-atribuição de identidades, em que identificamos a nós mesmos e ao(s) outro(s) passa pela atribuição de significados indexicais.

O modo como usamos a linguagem, enquanto conjunto de recursos simbólicos que entra na constituição do sistema social e a representação individual de mundos reais ou possíveis, e como atribuímos determinado valor aos objetos, aos quais nos referimos existencialmente em determinadas situações comunicativas, evidencia a capacidade humana de indexicar significados através da linguagem. Entender como ocorre esse processo e quais são seus efeitos não é só interesse de linguistas ou analistas do discurso propriamente, mas de outros teóricos como antropólogos linguistas ou semanticistas que colocam o fenômeno da indexicalidade como central em suas pesquisas, por afetar diretamente a interação social ou socialização humana.

Como conjunto ou sistema de recursos simbólicos, a linguagem produz e interpreta as práticas sociais, o conhecimento e a experiência. Através dela ordenamos o mundo e interagimos enquanto membros de uma sociedade. Isso nos faz pensar que o início e fim último da linguagem é promover a socialização humana continuamente, num processo dialético (constituímos a linguagem e somos constituídos por ela) e ininterrupto, tão complexo quanto o é a própria linguagem. Nesta perspectiva, usar a linguagem e participar de uma sociedade são atividades indissociáveis.

Ochs (1996, p.407-437) chama atenção para um campo de estudos na Antropologia

Linguística (AL) denominado “socialização linguística”, em que a aquisição de linguagem e a socialização são estudadas. Tal processo consiste em perceber como os indivíduos desenvolvem sua competência linguística na socialização das atividades comunicativas, social e culturalmente organizadas. Uma premissa fundamental neste campo é a de que a linguagem socializa não só pelo seu conteúdo simbólico, mas também pela *praxis* linguística situada. Deste modo, os atores sociais se tornam membros efetivos de uma sociedade quando compreendem as ações sociais, os eventos comunicativos, os relacionamentos e outros elementos no fenômeno sócio-cultural pela interação verbal.

Um dos problemas cruciais apontados pela socialização linguística é entender como a linguagem “codifica” práticas e socializa informações sobre sociedade e cultura. Essas informações, que nem sempre são explícitas, dizem respeito, por exemplo, a construção de identidades sociais. Deste modo, o processo da socialização linguística aponta para a capacidade que a linguagem tem de indexar informações sócio-culturais num determinado contexto.

Preocupada com o que o falante faz com a linguagem, a AL tem procurado compreender como se dá o processo pelo qual relacionamos enunciados a momentos, lugares e pessoas em determinadas circunstâncias, ou seja, o processo de indexicalidade. Daí “indexicalidade” constituir-se um dos principais temas no escopo da AL contemporânea, bem como objeto de estudos no campo da Pragmática, a partir da preocupação de como as pessoas usam a linguagem para construir o mundo social.

A seguir, discutiremos algumas abordagens e usos deste fenômeno, grosso modo, denominado indexicalidade, bem como, apontaremos/identificaremos outras categorias indexicais não gramaticalizadas tradicionalmente que contribuem para a construção discursiva de identidades sociais. Com isso, destacamos a relevância da indexicalidade, em suas várias manifestações linguístico-discursivas, no processo de construção de identidades sociais dos participantes envolvidos em situações comunicativas; em nosso caso, particularmente, dos políticos envolvidos em esquemas de corrupção no cenário político brasileiro.

Alguns Olhares Sobre o Fenômeno da Indexicalidade

A capacidade das práticas linguísticas de indexar informações sócio-culturais pode ser facilmente identificada em expressões linguísticas tradicionalmente gramaticalizadas, tais como os pronomes pessoais (eu, tu, você etc.) e demonstrativos (este/a, aquele/a etc.), as expressões de tempo (agora, amanhã etc.), as expressões espaciais (acima, abaixo etc.), os verbos, dentre outras; contudo, não se restringe a essas categorias de dêiticos. Duranti (1997, p.18) aponta para o fato de que até a escolha de uma língua em vez de outra em uma comunidade bilíngue pode indexar a etnicidade ou escolha política na relação – etnicidade. Por outro lado, os índices também podem englobar desde perguntas aparentemente inócuas a posições políticas. Daí a importância da distinção entre diferentes tipos e graus de indexicalidade.

A abordagem indexical e metapragmática de Silverstein (1976, p.11-55), que procura descrever a relação entre linguagem e cultura, bem como compreender o significado, tem alimentado perspectivas mais recentes de cultura como comunicação. Isto se dá pelo fato de chamar a atenção para o papel que a força comunicativa da cultura desempenha, não só para representar a realidade através de símbolos próprios de cada cultura, mas também para apontar, relacionar aspectos dessa realidade, tais como indivíduos, grupos, identidades, crenças, eventos etc. a contextos.

É interessante notar que o valor indexical dos signos não é intrínseco à natureza do próprio signo, mas este é baseado em pressupostos culturais. Este tipo de índice referencial foi denominado por Silverstein (1976, p.25) de *shifters*. Segundo o autor, o aspecto indexical do significado dos *shifters* envolve a pressuposição da existência de algo ou o foco cognitivo em

algo de valor específico no domínio das variáveis na situação de fala. Estas variáveis contextuais e os sinais indexicais dos *shifters* dependem, por sua vez, da “regra de uso” ou “regra de indexicalidade” que consiste na descrição da relação contexto de fala e enunciado. De outro modo, sem o conhecimento de algum aspecto da situação, a interpretação referencial destes sinais não seria possível.

Nesse modelo podemos perceber que o valor indexical está não somente em certas categorias linguísticas tradicionalmente eleitas com este valor como os chamados termos dêiticos (eu, você, aqui, lá, agora, ontem etc.). Outras formas comunicativas tais como expressões linguísticas ideologizadas, signos gráficos, gestos etc. também se constituem veículos para práticas culturais. Segundo Duranti (1997, p.38), estas formas comunicativas têm esse valor quando pressupõem ou estabelecem alguns traços contextuais (por exemplo, quem é o interlocutor quando se diz algo ou a relação social relativa entre falante e ouvinte) que não são necessariamente “descritos” pela mensagem (ou em seu significado denotacional), mas são mesmo assim entendidos pelos participantes.

Através dos usos indexicais de seus elementos, toda língua forneceria uma teoria de ação humana, ou seja, uma metapragmática, em que o importante seria identificar como a linguagem se torna uma ferramenta pela qual nosso mundo social e cultural é constantemente descrito, avaliado e reproduzido – aspecto criativo e performativo da indexicalidade (DURANTI, 1997, p.19). Isto quer dizer que os falantes, em sua consciência metapragmática, teriam a capacidade de interpretar a força pragmática das formas linguísticas usadas. Essa abordagem expande, portanto, a noção da relatividade linguística.

Por outro lado, Lyons (1977, 1995) restringe a indexicalidade como sendo um tipo particular de dêixis. Na verdade, ele é partidário da concepção de que não há uma distinção clara entre os dois termos pelo uso que outras áreas como a Filosofia, a Psicologia e a Linguística têm feito. Segundo ele, ambos podem ser explicados etimologicamente, com base em uma noção de “referência gestual”.

Na noção de referência gestual, dêixis e indexicalidade teriam a mesma origem, pois indicariam o referente através de algum gesto corporal do falante. Deste modo, qualquer expressão que apresente propriedades de indicação pela gesticulação corporal, a princípio, seria um dêitico. Logo, os pronomes seriam essa classe de expressões de referência por excelência ao determinar o significado proposicional dos enunciados. Daí o trabalho do autor em classificar diferentes tipos ou subclasses de dêiticos.

O que é interessante notar é que Lyons enfatiza que a maioria dos enunciados em quaisquer línguas são indexicais ou dêiticos e que o valor-verdade das proposições é determinado pelas dimensões espaço-temporais estabelecidas no contexto pelos próprios dêiticos. Contudo, ele reconhece a limitação dos estudos para compreender a enormidade das informações dêiticas ou indexicais codificadas nas diferentes línguas naturais.

Como semanticista, Lyons está preocupado em captar o significado dos enunciados pelas pistas que os dêiticos dão, restringindo-se ao enunciado, e não se refere ao fato de que estas pistas são negociadas na interação pelos participantes. Além do que, as práticas linguísticas utilizam-se de outros elementos, além dos dêiticos, para indexar.

Outra referência clássica importante no estudo da dêixis é Levinson (1983). Ele define este fenômeno como o modo mais óbvio pelo qual podemos perceber/identificar a relação entre língua e o seu contexto, e essa relação se reflete ou se materializa nas estruturas linguísticas de cada língua, codificando características do contexto de enunciação ou evento de fala. Desse modo, a análise do contexto de enunciação seria condição *sine qua non* para a interpretação dos enunciados (LEVINSON, 1983, p.54).

Apesar de basicamente retomar as considerações de Lyons (1977) e Fillmore (1975) sobre a constituição da dêixis de pessoa, tempo, lugar e dêixis discursiva, o que nos chama atenção em Levinson (1983) em sua reflexão sobre dêixis, é o fato deste autor apontar para a

“dêixis social”. Segundo ele (LEVINSON, 1983, p.89), este tipo de dêixis está relacionada a todos os aspectos da estrutura que codifica as identidades sociais dos participantes e os papéis que desempenham, bem como as relações sociais entre eles ou entre um deles e as pessoas e entidades a que se referem através das estruturas linguísticas. Exemplos dessas estruturas ou categorias gramaticalizadas seriam os pronomes de polidez, os títulos de endereçamento e os vários tipos de honoríficos a que o autor dedica sua reflexão (cf. LEVINSON, 1983, p. 90-94).

Apesar de não se aprofundar no tema da dêixis social, Levinson chama a atenção para a possibilidade da existência de muitos outros tipos de dêixis, possivelmente não gramaticalizadas convencionalmente, dependendo da cultura. A dêixis não se restringiria, portanto, às categorias de pessoa, tempo e lugar (cf. LEVINSON, 1983).

Percebemos também no trabalho de Gumperz (1998) outra forma de referência ao fenômeno da indexicalidade. Ele propõe um modelo teórico para tratar do que denominou “pistas” ou “convenções” de contextualização em sua análise da inferência conversacional. Essas pistas dizem respeito aos traços linguísticos presentes na superfície das mensagens sinalizadas pelos falantes e interpretadas pelos ouvintes de modo que se compreenda a atividade comunicativa, o conteúdo semântico e a referência ou ligação do discurso com o que o precede ou segue. Estas pistas são condicionadas ao processo e ao contexto onde o discurso ocorreu (ou está ocorrendo).

Por serem convenções sociais, tais pistas têm valor sinalizador quando organizadas, negociadas na interação entre participantes que manifestam seu conhecimento de mundo ou conhecimento pressuposto, construído e partilhado social e culturalmente.

Na tentativa de identificar tais pistas, Gumperz reconhece que elas podem aparecer sob várias formas linguísticas e isto dependerá do repertório linguístico de cada participante, historicamente situado e determinado. Ele não privilegia, portanto, uma categoria linguística como o faz Lyons, mas além de expressões formulaicas, fenômenos de alternância de código e sinais prosódicos, engloba também sinais rítmicos e fonéticos, bem como reconhece a contribuição de outros estudos (cf., por exemplo, HALL, 1959, 1966; BIRDWHISTELL, 1970, etc.) que analisam sinais não-verbais como movimentos faciais e gestuais. Todos estes sinais entram, portanto, no processo de contextualização. Este processo tem um papel importante, pois possibilita identificar os rumos de uma interação. Em Gumperz, a diversidade das pistas de contextualização tem como tarefa a promoção do trabalho interacional. Elas têm valor indexical uma vez que permitem aos participantes da situação comunicativa saberem o que está acontecendo.

Na tentativa de compreender como se organiza o discurso (oral) e como este se orienta em relação à situação interacional, Goffman (1998) desenvolveu o conceito de *enquadre*. “O enquadre situa a metagem contida em todo enunciado indicando como sinalizamos o que dizemos ou fazemos e sobre como interpretamos o que é dito ou feito” (GOFFMAN, 1998, p.70). Através destes enquadres, os participantes organizam o discurso e se orientam na situação interacional.

Ao desenvolver sua concepção de enquadre, Goffman formulou o conceito de *footing*. Os footings caracterizariam o aspecto dinâmico da natureza discursiva dos enquadres, pois são introduzidos, negociados, modificados e apontam para o modo como os participantes organizam a produção e a recepção dos enunciados. São uma forma de discurso metapragmático, nos termos de Silverstein (1976).

O interesse de Goffman está em investigar como ocorrem as mudanças de footing partindo da decomposição da sua base estrutural, a saber, o paradigma conversacional tradicional falante - ouvinte, em partes mais diferenciadas para dar conta da complexidade das relações discursivas presentes na estrutura de produção (referente ao falante) e na estrutura de participação (referente ao ouvinte). Haveria, portanto, tipos de ouvinte (participante ratificado

ou oficial, participante não-ratificado ou circundante, por exemplo) e tipos de falante (animador, autor e principal ou responsável) na situação social.

Nesta perspectiva, os participantes competentes podem ou manter o mesmo *footing* ou alternar entre uma postura ou alinhamento para outro na situação social dinamicamente. E como nos lembra a metáfora dramática de Goffman para a interação humana, os falantes ou participantes são atores (sociais) num palco que podem desempenhar uma multiplicidade de papéis, sempre em função dos seus interlocutores, na tarefa de compartilhar um foco cognitivo ou tema.

Finalmente, vejamos como Ochs (1996) percebe a indexicalidade. Segundo ela, a indexicalidade está no centro da socialização linguística e possui três princípios constitutivos: (i) o princípio da indexicalidade em si; (ii) o princípio da cultura universal e (iii) o princípio da cultura local. A teoria da indexicalidade é uma teoria de socialização que se dá nas práticas linguísticas.

Isto ocorre porque para interagir numa dada situação social, os participantes fazem uso de formas, concepções, valores etc. modelados culturalmente, incluindo o seu repertório linguístico. Em outras palavras, os participantes ativam dimensões sócio-culturais como tempo, espaço, identidades sociais, atos sociais (ex: uma pergunta, uma oferta etc.), atividades (ex: narrar uma história, dar um aviso etc.), posturas afetivas (humor, sentimentos etc.) e posturas epistêmicas para interagir.

Essas dimensões sócio-culturais ativadas na interação são imbuídas de significados que se materializam em formas particulares (ex: perguntas, afixos de diminutivo, pronomes, entonação etc.). Portanto, na linguagem, a indexação é realizada por formas linguísticas cuja função seria apontar a presença de alguma “entidade” na situação imediata. Essas formas variam de acordo com a situação e são convencionalmente associadas às dimensões sócio-culturais que foram ativadas.

Com o princípio da cultura universal, Ochs se refere ao fato de que a cultura é parte constituinte de nossa humanidade e por isso assume algumas características mais universais ou “comuns”. Estas características estariam presentes nos significados linguísticos usados para formar determinados significados situacionais nas sociedades. Esse princípio sugere que os interlocutores utilizam-se de certos significados semelhantes para atingir determinados fins sociais. Contudo, é limitado por não se aplicar para a caracterização de todas as práticas indexicais situadas.

As bases para este princípio seriam as seguintes: a) as formas linguísticas usadas pelas sociedades indexam as dimensões situacionais de tempo e de espaço, as posturas afetivas e epistêmicas, as identidades sociais, os atos e as atividades; b) nas sociedades, algumas categorias nas dimensões de postura (ex: categorias epistêmicas tais como certeza/incerteza, categorias afetivas como intensidade/mitigação, surpresa, etc. são indexadas universalmente) e significado de atos sociais podem ser comparados (ex: saudação, agradecimento, aceitação, discordância, etc. aparecem nas mais variadas culturas); e c) certas formas linguísticas são usadas nas sociedades para indexar posturas e significados de atos sociais comparáveis (ex: na postura epistêmica, a incerteza geralmente é indexada através do uso de verbos modais como poder, dever, etc.).

Com o princípio da cultura local, Ochs considera que a cultura local é formada, em parte, por uma série de valências situacionais que relacionam tempo, espaço, posturas, atos, atividades e identidades. As relações entre essas dimensões se dão nas expectativas culturais de cada sociedade no que diz respeito ao *escopo* das posturas que são associadas a determinadas atividades e identidades, às *preferências* por certas posturas e atos em determinadas atividades e identidades sociais, e à *extensão/duração* de determinadas posturas e atos realizados em determinadas atividades e identidades.

Segundo Ochs, escopo, preferência e duração caracterizam como os participantes,

situados num contexto sócio-cultural, usam a linguagem distintivamente para indexar sentimentos, conhecimentos e atitudes de outras pessoas, seus interlocutores, bem como para construir identidades sociais no processo da interação. Na interação é que é possível compreender os significados indexicais das formas linguísticas utilizadas.

Diante das considerações expostas, percebemos que através das práticas linguísticas e sociais, a linguagem se constitui um instrumento poderoso pelo qual pensamos, descrevemos, avaliamos e reproduzimos nosso mundo social e cultural. Essa capacidade aponta para o aspecto criativo e performativo da indexicalidade, usada pelos falantes para construir, dentre outras coisas, as identidades sociais.

A construção de identidades sociais é um fenômeno ideológico e processual que se dá socialmente pela linguagem no jogo da interação social e leva em conta a postura afetiva e epistêmica dos participantes numa sociedade. Por isso, constitui-se uma dimensão sócio-cultural ativada na situação comunicativa.

Como se dá então, a indexação de identidades sociais?

A indexação de identidades sociais é desempenhada por estruturas e categorias linguísticas e discursivas que exercem esse papel, e nem sempre são gramaticalizadas. É importante perceber que essas estruturas e categorias não têm valor em si mesmas a não ser que sejam interpretadas em uma situação comunicativa maior, que envolve papéis e relações sociais. Compreender e atribuir o significado indexical dessas estruturas faz parte da habilidade humana de indexar. Desse modo, a indexação está no centro de nossa competência linguística e cultural e é o “lugar” onde a aquisição da linguagem e a socialização se encontram, se conectam. (OCHS, 1996, p.414).

Um dos modos relevantes e ideologicamente significativos utilizados pelos atores sociais para indexar identidades é através da alocação de papéis sociais nas situações discursivas. Este aspecto é destacado por autores como Ochs (1996), Goffman (1998) Van Leeuwen (1997, 2008) e Fairclough (2003) como pista para compreender a construção de identidades sociais. Na verdade, papéis sociais sinalizam, dentre outras coisas, para o tipo de relação social entre os participantes, num nível micro, e para todas as normas, preferências e expectativas sócio-culturais, num nível macro, em cada sociedade. A relevância desta categoria está no fato de que pode haver discrepância ou incongruência entre papéis gramaticais desempenhados/atribuídos textualmente e os papéis sociais desempenhados de fato nas práticas sociais em que os atores se situam. A alocação de papéis entre os atores sociais em dada representação linguística de um evento social aponta para o fato de que estes são, geralmente, participantes nas sentenças.

A Indexação de Identidades Sociais de Políticos Indiciados por Corrupção

Investigar a construção das identidades sociais dos políticos envolvidos em situações de corrupção é um caso interessante de construção identitária pela sua complexidade, ou seja, nesses atores se mesclam várias identidades: o político que pertence a um partido, o político que ocupa um cargo institucional, o cidadão, o réu, o criminoso, a vítima, dentre outros; além do que, os casos de corrupção no cenário político nacional abalam as principais instituições representativas da política brasileira, tais como o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, comprometidas em termos de credibilidade e imagem diante da opinião pública.

Para exemplificamos a indexação de identidades sociais neste cenário de corrupção política, analisaremos brevemente, à luz de Fairclough (2003) e van Leeuwen (1997, 2008), a categoria da alocação de papéis que funciona como índice ou indexador de identidades sociais. O caso de corrupção que ilustra esta análise é o chamado “mensalinho”, que envolveu o deputado Severino Cavalcante, doravante, SC, então presidente da Câmara dos Deputados em Brasília. SC foi acusado de cobrar propina a um empresário em troca de favorecimentos.

Para esta análise, selecionamos trechos do discurso de SC ao deixar o cargo de presidente da Câmara devido a este escândalo¹.

A1- “E diante do que estou vivendo no momento, diante das circunstâncias que me cercam de ameaças, de escárnios, de contestação, de processos sem causa, eu me recordo de que o sertanejo é antes de tudo um forte.”

(A eleição)

A2 – “Presidente depois de uma eleição disputadíssima, limpa, democrática, presidente com 300 votos.”

(Os donos do Congresso)

A3 – “Eleito para mudar uma casa cheia de donos, os donos do Congresso, onde pontificava uma elite distanciada da maioria dos deputados, chamada desdenhosamente de baixo clero.”

(A MP 232)

A4 – “Quando o Governo tentou impor o aumento de impostos por meio da Medida Provisória 232, mobilizamos o País, ouvimos o povo, ampliamos o debate e rejeitamos a medida que era injusta”.

(As denúncias)

A5 – “A elitizinha, essa que não quer jamais largar o osso, insuflou contra mim seus cães de guerra, arregimentou forças na academia e na mídia e alimentou na opinião pública, a versão caluniosa de um empresário que precisava da mentira para encobrir as dívidas crescentes de seus restaurantes, que necessitava da extorsão para equilibrar a desastrosa administração de suas empresas.”

(Imprensa livre)

A6 – “Eu sempre defendi a liberdade de imprensa. Mas, em nosso País, liberdade de imprensa tem sido a porta aberta para suspeitas sem comprovação, para acusações sem provas, para destruição de reputações.”

(A herança)

A7 – “Não permitam que um deputado possa ir seis, oito vezes no ano para representar o Brasil fora, e os outros ficarem à margem. Isso não pode mais acontecer nessa casa. Vocês serão os responsáveis do amanhã. Não permitam que qualquer presidente que ocupe esta casa faça o que faziam anteriormente, que os deputados do baixo clero não tinham vez nem oportunidade.”

(As dívidas)

A8 – “Vou repetir ainda que deixo a Câmara como entrei, não apenas como deputado pobre, mas político endividado. Vou viver de minha aposentadoria no Estado de Pernambuco, onde fui deputado por sete mandatos porque para pagar as dívidas de campanha, saquei o saldo de minha contribuição para aposentadoria na Câmara dos Deputados, portanto, eu não tenho aposentadoria da Câmara dos Deputados.”

(Presidente Lula)

A9 – “Pedi minha audiência com o com o Presidente da República para comunicar-lhe como chefe de um dos poderes, minha saída como Presidente da Câmara, apenas isso. Para me antecipar às eventuais acusações de fisiologia, já pedi a meu filho, José Maurício, que deixe imediatamente seu posto no Ministério da Agricultura em Pernambuco.”

(A renúncia)

A10 – “Optei, sim, pela renúncia porque já me fazia condenado de antemão. Minha culpabilidade foi declarada sem apelação antes das provas e mesmo do processo, e minha condenação vem antes de qualquer sentença, veio pela imprensa, veio pela voz de alguns poucos, veio por aqueles interessados em tomar esta vaga o mais rapidamente possível, a cadeira de Presidente da Câmara.”

(A volta)

A11 – “Voltarei. O povo pernambucano, mais uma vez, não me faltará. Minha querida João Alfredo e outros municípios de minha base não me faltarão. O povo me absolverá. Não tenho a menor dúvida. E saio daqui com o semblante de um homem feliz que sacrificou a sua posição para que esta Câmara volte a funcionar.”

¹ Este discurso foi editado e disponibilizado *on line* pela TV Câmara, no endereço www.camara.gov.br/internet/tvcamara, o qual transcrevemos para o presente texto. A TV Câmara cobre os principais acontecimentos da política nacional e sua programação está disponível tanto na TV aberta quanto via internet para todo Brasil. Optei por enumerar a seqüência das falas do referido político como A1, A2, A3 etc. para facilitar a referência no decorrer da análise. A voz da repórter, colocada entre parênteses, topicaliza os temas sobre os quais SC vai falar a respeito.

Tanto Fairclough (2003) quanto van Leeuwen (1997, 2008) reconhecem que podemos fazer várias escolhas codificadas e disponibilizadas na língua para representar os atores sociais e os processos nos quais estão inseridos como participantes². Essas escolhas revelam uma percepção do mundo social, inclusive em termos de identidades sociais enquanto efeito das práticas discursivas. Por isso, vamos nos limitar aos processos verbais e aos participantes (agente e paciente), uma vez que estão em maior evidência no texto, como nos mostram os exemplos a seguir:

Ex 1: Quando o Governo tentou impor o aumento de impostos por meio da Medida Provisória 232, [nós] mobilizamos o País, ouvimos o povo, ampliamos o debate e rejeitamos a medida que era injusta”. [A4]

Ex 2: Não permitam que um deputado possa ir seis, oito vezes no ano para representar o Brasil fora, e os outros ficarem à margem. (...) Não permitam que qualquer presidente que ocupe esta casa faça o que faziam anteriormente, que os deputados do baixo clero não tinham vez nem oportunidade. [A7]

Ex: 3: [Eu] Optei, sim, pela renúncia porque já me fazia condenado de antemão. Minha culpabilidade foi declarada sem apelação (...), e minha condenação (...) veio pela imprensa, veio pela voz de alguns poucos, veio por aqueles interessados em tomar esta vaga o mais rapidamente possível, a cadeira de Presidente da Câmara.” [A10]

Portanto, “tentou impor”, “mobilizamos”, “foi declarada”, dentre outros, são exemplos de processos verbais. Já “Governo”, “os deputados do baixo clero”, “[Eu]” em “Optei, sim pela renúncia (...)” são exemplos de participantes, atores sociais.

Fairclough (2003, p.150) afirma que o significado da ativação e da passivação é bastante transparente, isto é, o que se acentua quando atores sociais são ativados em uma circunstância ou processo é a sua capacidade de exercer uma ação agentiva, como também fazer com que as coisas aconteçam ou até mesmo poder de controlar pessoas ou, no caso de SC, convencê-las da inocência dele. Por outro lado, quando apassivados, o que se acentua nos atores sociais é a sua sujeição aos processos, sendo, portanto, afetados ou sofrendo os resultados das ações dos outros.

Na circunstância da saída da Presidência da Câmara pela acusação de corrupção, SC se coloca como agente em processos que acentuam seu heroísmo, hombridade, inocência e não culpabilidade por um crime. Sendo assim, ele exerce na maioria das ocorrências, papéis sociais ativos na representação de si mesmo em seu próprio discurso. Os outros atores, por outro lado, parecem ser aqueles que, na verdade, exercem ou ocupam uma posição de poder e controle neste tipo de interação, poder este que teria resultado na derrocada supostamente injusta deste político. Logo, haveria uma assimetria total de poder entre SC e os outros que o acusaram e “tomaram” dele o cargo de presidente da Câmara, como ele mesmo acentua em A5 e A10.

O ator social é representado como ator, de fato, nos processos em que este faz coisas ou faz as coisas acontecerem, ou é afetado ou beneficiário desses processos. Quem é representado como “agente” e como “paciente” em uma dada ação ou atividade? Há clareza ou encobrimento da agência? Há o uso de nominalizações e no que isto implica? Como o ator principal, ou seja, o próprio autor do discurso acusado de corrupção política indexa sua

² Fairclough (2003, p.145) esclarece que os atores sociais podem ser participantes (ou não!) nas sentenças que representam processos ou circunstâncias. Contudo, nem todos os participantes são atores sociais – eles podem ser objetos físicos, por exemplo. Em *O carro bateu em Mary* e em *O carro bateu em uma rocha*, ambos, Mary e a rocha, são objetos do verbo, ou seja, participantes, mas apenas Mary é um ator social.

identidade social e a dos outros nesta situação? São questões dessa natureza que tentamos responder nesta análise sobre a alocação de papéis no texto e qual a implicação disto no processo de construção identitária.

É importante salientar que, em primeiro lugar, questões dessa natureza ratificam a importância da investigação da alocação dos papéis nos textos e discursos pelo fato de que pode não haver congruência entre papéis desempenhados de fato pelos atores sociais nas práticas sociais e os papéis gramaticais que eles desempenham ou lhe são atribuídos nos textos, como dissemos anteriormente. Como lembra van Leeuwen (1997, p.186), “as representações podem redistribuir papéis e organizar as relações sociais entre os participantes”. Deste modo, a alocação de papéis é ideologicamente significativa.

Em segundo lugar, essas questões apontam para o processo de auto e hetero-atribuição de identidades, nos termos de Ochs (1996). Nas práticas sociais e nos discursos produzidos nestas mesmas práticas, atribuímos determinado valor aos índices que usamos para construir discursivamente a nós mesmos e ao(s) outro(s) em nossa realidade social, dentro do processo de socialização linguística pelo qual somos inseridos em sociedade.

Observamos que os principais atores sociais incluídos no discurso de SC são:

- (i) o próprio SC, autor do discurso, como em A1, “eu” e em A2, “presidente eleito com 300 votos”;
- (ii) os outros políticos que lhe fazem oposição, como em A3, “os donos do Congresso” e em A5, “elitizinha”;
- (iii) os políticos que são seus possíveis aliados, como em A3, em que SC se refere a esta “classe” de políticos como “baixo clero”;
- (iv) algumas instituições de poder como em A5, “a academia” e “a mídia”;
- (v) o empresário que denunciou o político em questão - em A5, SC se refere a este empresário como “um empresário que precisava da mentira para encobrir as dívidas crescentes de seus restaurantes, que necessitava da extorsão para equilibrar a desastrosa administração de suas empresas”; e
- (vi) outras pessoas que não atuam como políticos no Congresso, mas que são importantes neste caso, genericamente referidas como “o povo” em A4 e “opinião pública” em A5.

Mantenhamos o foco em SC, principal ator social, e vejamos como ele posiciona a si mesmo e aos outros atores sociais, construindo assim, sua identidade social e a dos outros envolvidos em seu discurso. Isso é possível porque, como nos lembra Fairclough (2003, p.160), os atores sociais são agentes que não estão pré-posicionados ou pré-condicionados no modo como participam nos eventos sociais e nos textos. Como agentes sociais, eles pensam, criam e mudam as coisas. É por isso que o processo de identificação ou construção de identidades é um processo bastante complexo e instigante e se constitui um dos temas mais relevantes na teoria pós-estruturalista.

Notamos que o principal propósito de SC neste discurso é defender sua imagem, como um político honesto, herói sertanejo que bravamente lutou contra as “injustiças” do Governo contra a população e até mesmo agiu em favor dos deputados “do baixo clero” no Congresso, deputados estes que supostamente eram oprimidos e desdenhados por uma elite de outros deputados, a quem nomeia “os donos do Congresso” ou “elitizinha”. A forma como SC vai manipular os processos verbais e os participantes concretiza a tentativa que ele faz de manter uma imagem limpa, incorruptível, apesar das provas de corrupção apresentadas contra ele.

Os exemplos abaixo mostram que SC representa a si mesmo com força agentiva, dinâmica, fazendo coisas, ou fazendo com que coisas acontecessem.

Ex 4: E diante do que estou vivendo no momento (...). [A1]

Ex 5: Quando o Governo tentou impor o aumento de impostos por meio da Medida Provisória 232, mobilizamos o País, ouvimos o povo, ampliamos o debate e rejeitamos a medida que era injusta”. [A4]

Ex 6: Eu sempre defendi a liberdade de imprensa (...). [A6]

Ex 7: Vou repetir ainda que deixo a Câmara como entrei, (...). Vou viver de minha aposentadoria no Estado de Pernambuco (...) porque para pagar as dívidas de campanha, saquei o saldo de minha contribuição para aposentadoria na Câmara dos Deputados, portanto, eu não tenho aposentadoria da Câmara dos Deputados. [A8]

Como nos mostram os exemplos acima, SC se identifica, basicamente, através dos pronomes dêiticos pessoais “eu” e “nós”, assumindo a agência das ações representadas. O “eu” aparece em duas circunstâncias: ou ele está implícito na desinência dos verbos tais como, “estou vivendo”, “vou repetir”, “deixo” e “sacrificou” (cf. os exemplos 4, 7) ou aparece de forma enfática, diante de formas verbais como “defendi” (cf. o exemplo 6). O uso de “nós” é mais genérico e está também implícito na desinência de formas verbais como “mobilizamos” e “rejeitamos” (cf. o exemplo 5). Este uso parece valorizar uma postura mais humilde de SC diante de sua tentativa de luta contra possíveis ações injustas do ator “Governo”.

SC atua a si mesmo como ator participante em relação a certas ações introduzidas por formas verbais como “estou vivendo”, “defendi” e “mobilizamos”. Este papel ativo é

claramente destacado para se fazer notar pela sua audiência. Portanto, a ativação é uma estratégia argumentativa que este ator se apropria para “limpar” sua imagem, inocentar a si mesmo e acusar seus acusadores.

Já em outras circunstâncias, SC atribui o papel de ator agente a outros participantes com o mesmo objetivo, ou seja, inocentar-se e tirar o foco de si mesmo acusando outros atores. É o caso dos exemplos abaixo:

Ex 8: A elitizinha, essa que não quer jamais largar o osso, insuflou contra mim seus cães de guerra, arregimentou forças na academia e na mídia e alimentou na opinião pública, a versão caluniosa de um empresário que precisava da mentira para encobrir as dívidas crescentes de seus restaurantes, que necessitava da extorsão para equilibrar a desastrosa administração de suas empresas. [A5]

Ex 9: – (...) O povo pernambucano, mais uma vez, não me faltará (...). [A11]

No exemplo 8, ao acionar os atores “elitizinha” e “empresário” como agentes introduzindo formas verbais como “não quer largar o osso”, “insuflou”, “arregimentou”, “precisava” e “necessitava”, ele se coloca como objeto e não como sujeito desses processos. Essa escolha também é intencional. SC se vitima sofrendo os efeitos das ações dos outros atores sociais para se inocentar do crime de corrupção. De todo modo, ele se torna beneficiário da ação agentiva praticada por estes outros atores no texto.

Já no exemplo 9, SC aciona “o povo pernambucano” em relação à forma verbal “não me faltará” para não apenas lembrar sua origem nordestina, mas para também assegurar e lembrar à sua audiência, a continuidade de sua vida política.

Algo interessante a se notar é o fato de que SC se apropria marcadamente da intertextualidade em dois momentos ideologicamente significativos de seu discurso, como também argumento para sua defesa, projetando uma imagem de vítima e de perseguido político. O primeiro momento está em A1 quando ele se vale da sua origem nordestina e cita literalmente um enunciado da célebre obra do autor Euclides da Cunha, *Os Sertões*³. O referido autor caracterizou o nordestino como “forte” em outras circunstâncias que não dizem respeito às práticas de corrupção pelos atores políticos. SC ao dizer que “o sertanejo é antes de tudo um forte!” quis se colocar como um bravo guerreiro, sobrevivente diante das acusações de corrupção, que em sua interpretação, só queriam destruir sua imagem e reputação por ser nordestino e “sertanejo”.

Outro momento em que faz uso da intertextualidade é quando ele adapta a citação bíblica “O Senhor é meu pastor, nada me faltará”⁴ para “o povo pernambucano (...) não me faltará” e para “Minha querida João Alfredo e outros municípios de minha base não me faltarão” (cf. A11). Com isso, ele dá um tom religioso ao seu discurso. Daí, podemos inferir que ele quer projetar uma imagem de homem religioso e crente, características tão marcantes do sertanejo sofrido. Vale salientar que esse mesmo tom religioso está presente em outros momentos do seu discurso ao usar palavras do tipo “pontificava” e “baixo clero” (cf. A3), desta feita, apresentando uma conotação negativa sobre os que exercem poder.

No exemplo abaixo, apesar de menos frequentes no texto, a ativação se dá por meio de nominalizações.

Ex 10: Eu sempre defendi a liberdade de imprensa. Mas, em nosso País, liberdade de imprensa tem sido a porta aberta para suspeitas sem comprovação, para acusações sem provas, para destruição de reputações. [A6]

Nominalização é a conversão de um processo em um nome ou grupo nominal. É o caso do exemplo acima, em que SC preferiu nominalizar as ações “suspeitar”, “acusar” e “destruir”. Segundo Fairclough (1989, p.124), os processos podem ocorrer na forma reduzida de uma nominalização; forma reduzida no sentido de que alguma coisa do significado na sentença é perdida ou omitida, como por exemplo, o tempo da ação, a modalidade ou até mesmo o agente ou paciente.

No exemplo acima, a nominalização se torna justificativa ou explicação para que o político inocente a si mesmo do crime de corrupção e para não deixar dúvidas na compreensão da audiência idealizada de sua inocência. É o caso de “suspeitas sem comprovação”, “acusações sem provas” e “destruição de reputações”. Esta clareza dos fatos, permitida pela nominalização, talvez tenha uma motivação ideológica ao responsabilizar outros atores, como a imprensa, uma vez que encobre não só o processo como também a causalidade ou responsabilidade pelo crime do ator social em questão. Indiretamente, SC aciona a si mesmo como paciente dos processos que foram nominalizados.

Também, pouco comum no texto, é a representação dos processos através de formas verbais passivas.

Ex 11: (...) Minha culpabilidade foi declarada sem apelação antes das provas e mesmo do processo e minha condenação vem antes de qualquer sentença (...) [A10]

³ Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Obra Completa (v 2). Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1995, p 179.

⁴ Cf. Salmo 23, versículo 1 . Bíblia Sagrada, tradução de João Ferreira de Almeida, 1975, p. 576.

O exemplo acima, em que a nominalização “minha culpabilidade” introduz a forma verbal passiva “foi declarada”, configura uma ação sem um agente, ator social de fato do processo representado. SC aciona uma causalidade como responsável pela ação. Com essa escolha representacional, o ator busca vitimar e inocentar a si mesmo do crime de corrupção.

Diante dessas considerações depreendidas da análise de um discurso de um político acusado por corrupção, fica claro que ele atua como ator agente na maior parte dos processos acionados por formas verbais ativas para construir sua identidade social como político honesto e acusado injustamente por seus opositores. Quando os outros atores sociais são ativados como agentes em outras circunstâncias, a representação também reforça a inocência do político diante da acusação de corrupção. Do mesmo modo, quando ocorrem outras representações com o uso de nominalizações ou da voz passiva nos verbos, estas também beneficiam o político em seu próprio discurso.

É possível que além da categoria da alocação de papéis possa haver outras categorias linguístico-discursivas para representar os atores sociais envolvidos na situação de corrupção política, indexando deste modo suas identidades sociais e legitimando um estado de coisas específico. Neste propósito continuamos investigando.

Considerações Finais

Como observamos nesta reflexão, o que está no escopo da indexicalidade são preocupações concernentes a questões do tipo como atribuímos determinado valor aos objetos, entidades etc. aos quais nos referimos existencialmente nas situações comunicativas? Como se dá o processo pelo qual relacionamos enunciados a momentos, lugares e pessoas em determinadas circunstâncias? Como indexamos significados através da linguagem nas práticas sociais e comunicativas humanas que se desenrolam em nosso cotidiano?

O modo como ordenamos social e culturalmente as atividades linguístico-discursivas no mundo e como fazemos escolhas ao referirmos existencialmente formas linguísticas, com um valor, a objetos em determinadas situações comunicativas, evidencia a capacidade humana de indexar significados através da linguagem. Essa capacidade é legitimada na interação social e chama a atenção para dois elementos fundamentais para que se realize: a alteridade e o contexto sócio-cultural.

Vários estudiosos têm examinado diferentes aspectos do processo pelo qual indexamos linguisticamente nosso mundo, dependendo da situação discursiva. Os *shifters* em Silverstein, a equivalência *dêixis* = *indexicalidade* em Lyons e sua tentativa de inventariar os dêiticos, o destaque para a *dêixis social* em Levinson, os *footings* em Goffman, as *pistas de contextualização* em Gumperz, a *indexicalidade como recurso linguístico para socialização humana* em Ochs, dentre outros, representam nada mais que diferentes dimensões de análise sobre o mesmo fenômeno, grosso modo, denominado indexicalidade.

Várias estruturas ou categorias linguístico-discursivas podem fazer o papel de índice para sinalizar, apontar, representar um objeto no mundo externo a que se refere. Por outro lado, essa relação é estabelecida de forma dinâmica por pressuposição e criatividade dos participantes em uma interação; por outro, é situada na cultura e sociedade em que se processa.

Um dos resultados do processo indexical é o modo como se dá a indexação de identidades sociais. Trabalhos de natureza sociológica como os de Goffman (1998) e Ochs (1996), por exemplo, contribuem, dentre outras coisas, para a percepção de como são construídas as identidades sociais dos participantes na interação que se desenvolve e como esta indexação pode afetar os rumos desta mesma interação.

Pensar nos atores sociais como aqueles que geralmente assumem papéis sociais nos faz considerar que assumir uma identidade social é uma questão de ser capaz de assumir e desempenhar papéis sociais e personificá-los, investindo-os da própria personalidade do ator que atua de modo distintivo (Fairclough 2003, p.11).

Como observamos no discurso analisado neste trabalho, o modo como papéis sociais são alocados nos textos indexa identidades sociais. Logo, a categoria “alocação de papéis” teria uma função indexical importantíssima na investigação do modo como se dá a construção

de identidades sociais de políticos envolvidos em escândalos de corrupção no cenário político nacional.

Além dos papéis, as identidades sociais estão relacionadas dialética e dialogicamente a outros elementos da estrutura social, tais como as relações sociais, os sistemas de conhecimento e crença, os valores culturais, dentre outros. Falar em construção de identidade social é falar sobretudo de diferença, marca da nossa humanidade, sob o foco da interação social, “arena” onde a vida social é (re)produzida e os sujeitos, atores sociais, participantes das práticas sociais constroem/indexam suas próprias identidades e a dos outros, em um confronto identitário constante que se dá através do discurso. Isso nos lembra a afirmação de Chouliakari e Fairclough (1999, p.96) de que a luta para definir identidades é um dos temas mais pervasivos da modernidade tardia pelo fato de que as lutas para definir/construir identidades são antes de tudo, lutas sobre “diferença”.

Quem somos nós e quem são os outros em nosso mundo social? Tão urgente quanto este questionamento, é a criação de caminhos para dialogar e atuar com estes “outros”, diferentes de nós, na sociedade contemporânea. A indexicalidade está no centro da socialização humana e por isso é um importante recurso para refletirmos sobre o processo de construção de identidades sociais e quem sabe, se constitua uma via de diálogo para reflexão de como lidarmos com a diferença.

REFERÊNCIAS

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- CHOULIAKARI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- BIRDWHISTELL, R. *Kinesics and context*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1970.
- DURANTI, A. Units of Participation . In **Linguistic Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 280-330.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.
- _____. **Discurso e mudança social**. Brasília, UNB, 2001.
- _____. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- GOFFMAN, E. Footing. In B. Ribeiro e P. Garcez (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. Porto Alegre: AGE Editora, 1998. p. 70-97.
- GUMPERZ, J, (Ed.) **Language and social identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GUMPERZ, J. Pistas de Contextualização. In B. Ribeiro e P. Garcez (Orgs.) **Sociolinguística interacional**. Porto Alegre: AGE Editora, 1998. p. 70-97.
- HALL, E. T. **The silent language**. New York: Doubleday, 1959.
- _____. **The hidden dimension**. New York: Boubleday, 1966.
- LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 55-96.
- LYONS, J. **Semantics**. V 2. Cambridge University Press, 1977. p. 636-724.
- LYONS, J. **Linguistic semantics**: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- OCHS, E. Constructing Social Identity: a language socialization perspective. **Research on language and social interaction**, 26(3):287-306, 1993.
- _____. Linguistic resources for socializing humanity. In J. Gumperz e S. Levinson (Eds.). **Rethinking linguistic relativity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 406- 437. (Studies in the social foundations of language 17)
- SIGNORINI, I. (Org.). **Linguagem e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

SILVERSTEIN, M. Shifters, linguistic categories and cultural description. In BASSOS, K. e SELBY, H. (Eds.). **Meaning in Antropology**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1976. p. 11-55.

van LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: E. Pedro (Org.). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.

_____. **Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis**. New York: Oxford University Press. 2008.